

Estratégias que efetivam as Políticas Públicas Inclusivas voltadas às Pessoas com Deficiência: Estudo de Caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), campus Sapucaia do Sul

Suzana Trevisan

Universidade La Salle

Dr Paulo Fossatti (Orientador)

Propósito Central do Trabalho

O presente trabalho pretende expor Projeto de tese de doutorado em Educação da Unilasalle com foco em políticas públicas inclusivas em institutos federais de educação. Ancora-se na linha de pesquisa intitulada Gestão, Educação e Políticas Públicas. Como objetivo geral aponta-se o propósito de identificar estratégias que favorecem a efetivação das Políticas Públicas Inclusivas nos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), campus Sapucaia do Sul.

Marco Teórico

O marco teórico atende a legislação e documentos oficiais, nacionais e internacionais e cientistas brasileiros que se destacaram no estudo das questões relacionadas à escola inclusiva. Destacam-se: Romeu Kazumi Sassaki, Maria Teresa Égler Mantoan e Hugo Otto Beyer.

Método de Investigação

Trata-se de uma pesquisa exploratória e assume a forma de Estudo de Caso. A unidade de estudo é o campus Sapucaia do Sul, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Os sujeitos da pesquisa são: a) estudantes do ensino médio integrado; b) seus familiares; c) os membros do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Como instrumentos de coleta de dados, destacamos: revisão de literatura, o diário de campo e grupo focal.

Referências

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 de maio de 2020.

_____, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 de out de 2019.

_____(a), Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior



das instituições federais de ensino. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 01 de out de 2019.

_____(b), Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2016.. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>. Acesso em: 10/05/2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

UNITED NATIONS. Convention on the Rights of Persons with

Disabilities.

2018.

Disponível

em:

<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23678&LangID=E>. Acesso em: 22/06/2020.